

5) Inovação e Redes Territoriais (PEX-00000891)
Coordenador: VICTOR MANOEL PELAEZ ALVAREZ

Descrição (texto a ser divulgado ao público externo):

Este projeto de extensão visa a oferta de eventos e cursos de extensão, para a formação de agentes de desenvolvimento, capazes de atuar na criação e na gestão de redes territoriais de inovação. O projeto faz parte de um Programa de Extensão (Inovação e Desenvolvimento Territorial) que abrange mais dois projetos de extensão complementares: Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, e Pré-incubação e a Promoção do Empreendedorismo na UFPR. O objetivo deste Programa é o de promover a difusão da atividade empreendedora, como estímulo à inovação tecnológica e ao desenvolvimento territorial.

Objetivo Geral:

Este projeto de extensão visa a oferta de eventos e cursos de extensão, para a formação de agentes de desenvolvimento, capazes de atuar na criação e na gestão de redes territoriais de inovação.

Objetivos Específicos:

Os eventos e cursos de extensão têm como foco a geração e a disseminação do conhecimento em: • análise de projetos de inovação, • políticas e estratégias de desenvolvimento regional, • formação e gestão de ecossistemas de inovação, • análise e formação de redes de atores, • análise e implementação de estratégias de governança, • monitoramento de capacidades técnico científicas.

Justificativa:

O território como espaço privilegiado de análise e de ação de políticas públicas tem ganhado relevância a partir da década de 1990, com a importância atribuída ao papel central dos agentes locais em programas de desenvolvimento endógeno (FOSLER, 1992; TAYLOR, 2018). Nessa perspectiva, o Banco Interamericano de Desenvolvimento já promovia, no início dos anos 2000, uma discussão sobre as razões de descentralização das funções públicas e das ações empresariais, em âmbito local ou regional, notadamente em função dos seguintes aspectos: • a desestruturação de economias locais por concorrentes de países remotos; • os desequilíbrios intra e inter territoriais que implicam em desperdício do potencial de desenvolvimento endógeno, os quais são fontes de movimentos migratórios e de tensões sociais; • a necessidade de estabelecer processos de desenvolvimento territorial sustentáveis, baseados na identificação e na criação de oportunidades produtivas inovadoras, garantindo maior autonomia e responsabilidade dos agentes públicos e privados locais; • a necessidade de desenvolver mercados de fatores de produção (mão de obra, financeiros, serviços de informação e comunicação) nos territórios, capazes de garantir a implementação das oportunidades produtivas identificadas; • a necessidade da integração da produção de bens e serviços, produzidos localmente, em cadeias globais de valor, como estratégia de adquirir ou recuperar competitividade (LLISTERRI, 2000). O documento do BID destaca o papel central dos atores locais no processo de desenvolvimento endógeno, de organizações da sociedade civil, de instituições de ensino e pesquisa e, em especial, do conjunto de empresas locais e das organizações empresariais (LLISTERRI, 2000, p. i). Esse papel central, corresponde a um processo de identificação e/ou criação de oportunidades inovadoras, cuja atribuição é essencialmente do setor

produtivo. Desta forma, a competitividade de um conjunto de empresas, localizadas em um território, passa pela busca e a implementação de especializações baseadas em competências que se diferenciam dos demais agentes produtivos em âmbito global. E o diferencial de competitividade não se estabelece necessariamente em determinados ramos industriais. Trata-se de tecnologias ou atividades específicas cuja pervasividade afeta a produtividade e a diversidade de bens e serviços que um conjunto de indústrias pode oferecer em condições competitivas (RODRIG, 2007). A tecnologia da informação e o design, são exemplos de atividades ou tecnologias que podem alavancar um conjunto de oportunidades, ao promover tanto o incremento da produtividade quanto ao criar novos nichos de mercado, em ramos tradicionais. Tais fundamentos norteiam o que pode ser considerada a principal política pública de desenvolvimento regional, da União Europeia, a qual se baseia no estímulo à inovação tecnológica coordenada no âmbito de regiões ou territórios: as Estratégias de Inovação e Pesquisa para Especialização Inteligente (RIS3). A implementação da RIS3 baseia-se em um tripé metodológico: a identificação de competências a serem exploradas e/ou desenvolvidas, a governança ou coordenação dos atores diversos pertencentes ao território, e o processo de descoberta empresarial (FORAY, 2015). Para a implementação dessa política destaca-se o papel de um ator específico: o agente de desenvolvimento territorial. Este tem a função de criar e/ou de coordenar uma rede heterogênea de atores capazes de desencadear o processo de descoberta empresarial (COSTAMAGNA e LARREA, 2018).

Metodologia:

A implementação deste Projeto baseia-se em um conceito específico de território, proposto por Souza (2000, p. 78), como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.” Relações essas resultantes de um acordo coletivo. O território constitui-se em um conjunto de relações sociais projetadas no espaço, as quais são criadas e dissipadas ao longo do tempo. Nesse espaço ou território contínuo, associado a uma superfície, sobrepõem-se territórios descontínuos, formados por redes de atores, ou nós, que se relacionam e podem articular dois ou mais territórios contínuos (SOUZA, 2000, p. 93). A proposta deste Projeto passa portanto pela reconfiguração de espaços territoriais, a partir da difusão de conhecimentos que contribuam à criação de novos acordos coletivos de desenvolvimento endógeno. É uma proposta que envolve a participação de uma rede de atores colaboradores, interna e externa à UFPR, capaz de propor, gerenciar e atuar na difusão dos conhecimentos propostos, por meio de eventos e de cursos de extensão. A rede interna constitui-se na própria comunidade acadêmica, por meio da interação de seus executores (professores de pós-graduação), oriundos de diferentes Setores (Sociais Aplicadas, Ciências Jurídicas, Exatas, Ciências da Saúde) e Departamentos (Economia, Administração, Direito Privado, Engenharia da Produção, Clínica Médica) da UFPR, e da Agência de Inovação (AGITEC) da UFPR. E a rede externa é composta por atores institucionais relevantes, (Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação do Paraná - Assespro/PR; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae), os quais contribuem para a configuração do ecossistema de inovação das regiões paranaenses. Professores de outras instituições de ensino, do país e do exterior, serão também convidados a participar dos eventos e dos cursos de extensão, assim como profissionais de empresas públicas e privadas que atuam em temas relacionados aos objetivos específicos elencados. Os membros deste Programa, internos e externos (representantes das

instituições), reunir-se-ão, ao menos uma vez ao ano, para planejar, organizar e avaliar as atividades relativas aos respectivos Projetos de Extensão. Esta prática fundamenta-se no princípio da interação dialógica a fim de atender as demandas dos parceiros e do público alvo desta proposta. Os eventos e cursos de extensão serão realizados em formatos de palestras, de workshops, de mesas redondas, e de aulas teóricas e práticas, conforme a conveniência do auditório (público-alvo) e dos realizadores dos eventos. A divulgação dos eventos e dos cursos de extensão será realizada em editais, sítios de programas de graduação e de pós-graduação, portal da UFPR, Rádio da Funpar, TV da UFPR, e mídias sociais.

Resultados Esperados:

Não Preenchido

Acompanhamento e Avaliação:

Não Preenchido